
Prestação de Serviços para a Elaboração do Projeto de Reabilitação e Ampliação do Reservatório de Água para Abastecimento Público do Bico Alto

CONSULTA PRÉVIA

CADERNO DE ENCARGOS

N.º de Registo **6858**

Processo **2025/300.10.005/650**

Caderno de Encargos

Índice Geral

CLAUSULAS JURÍDICAS	6
CAPÍTULO I	6
Disposições gerais	6
Clausula 1ª	6
Objeto	6
Clausula 2ª	6
Contrato	6
Clausula 3ª	7
Prazo de execução e Vigência do contrato	7
Clausula 4ª	7
Preço Base	7
Clausula 5ª	8
Preço Contratual	8
Clausula 6ª	8
Condições de Pagamento	8
Clausula 7ª	8
Adiantamento e Revisão de Preços	8
Clausula 8ª	9
Caução	9
CAPÍTULO II	9
Obrigações Contratuais	9
Clausula 9ª	9
Obrigações principais do adjudicatário	9
Clausula 10ª	10
Obrigações gerais do adjudicatário	10
Cláusula 11ª	11
Constituição da Equipa Projetista	11
Clausula 12ª	11

Local da Prestação de Serviços	11
Clausula 13ª	11
Penalidades Contratuais	11
Clausula 14ª	12
Força Maior	12
Clausula 15ª	13
Resolução do contrato	13
Clausula 16ª	14
Efeitos da Resolução	14
Clausula 17ª	14
Cessão de Posição Contratual de adjudicatário por razões de incumprimento	14
Clausula 18ª	15
Subcontratação e Cessão de Posição Contratual	15
Clausula 19ª	15
Alterações ao contrato	15
Clausula 20ª	15
Seguros	15
Clausula 21ª	15
Confidencialidade e Sigilo	15
Clausula 22ª	16
Proteção de Dados	16
Capítulo III	16
Disposições Finais	16
Clausula 23ª	16
Publicidade e sinais distintivos	16
Clausula 24ª	17
Comunicações e notificações	17
Clausula 25ª	17
Contagem dos Prazos	17
Clausula 26ª	17
Legislação aplicável	17
Clausula 27ª	17
Foro Competente	17
Clausula 28ª	18
Gestor do contrato	18

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO	19
ANEXO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS	21
Clausula 29 ^a	21
Local da Intervenção	21
Cláusula 30 ^a	21
Âmbito da intervenção	22
Cláusula 31 ^a	22
Programa funcional	22
Cláusula 32 ^a	22
Elementos a fornecer pelo Município de São Brás de Alportel	22
Cláusula 33 ^a	23
Estimativa de custo da empreitada	23
Cláusula 34 ^a	23
Estimativa de prazo para a empreitada	23
Cláusula 35 ^a	23
Faseamento da Prestação de Serviços	23
Cláusula 36 ^a	23
Peças do Projeto	23
Cláusula 37 ^a	24
Condições da Prestação de Serviços	24
Cláusula 38 ^a	25
Apreciação e certificações de projeto	25
Cláusula 39 ^a	25
Modo de Apresentação do Projeto	25
Cláusula 40 ^a	25
Serviços complementares	25
Cláusula 41 ^a	26
Prazos	26
Cláusula 42 ^a	26
Critério de Adjudicação	26
Cláusula 43 ^a	26
Condicionantes Orçamentais	26
Cláusula 44 ^a	26
Manutenção do Espaço	26
Cláusula 45 ^a	27

Propostas Variantes	27
Não são admitidas propostas variantes.	27
ANEXO III – PLANTAS DE ENQUADRAMENTO E LOCALIZAÇÃO	28

CLAUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Clausula 1ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas Jurídicas e Técnicas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de consulta prévia, que tem por objeto a prestação de serviços para a elaboração do Projeto para a Reabilitação e Ampliação Reservatório de Água para Abastecimento Público do Bico Alto em São Brás de Alportel, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, a executar em conformidade com as cláusulas jurídicas presentes neste Caderno de Encargos.

O Projeto será submetido a candidatura no âmbito do Programa Operacional 2030.

Encontram-se, no Anexo III do presente Caderno de Encargos, as plantas de enquadramento (1/25000) e de localização (1/5000 e 1/2000).

Clausula 2ª

Contrato

1. O contrato a celebrar será reduzido a escrito, nos termos do disposto nos artigos 94º e seguintes do Código dos contratos Públicos (doravante CCP), sendo composto pelo respetivo clausulado e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integrará e resultará da conjugação dos seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do presente Caderno de Encargos, identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao presente Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à Proposta adjudicada, prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são ali enunciados, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 96.º do Código dos contratos Públicos, com exceção do disposto no artigo 99.º e 101.º do Código dos contratos Públicos.

Clausula 3ª

Prazo de execução e Vigência do contrato

1. O fornecimento do serviço objeto do contrato a celebrar, deverá ser executado pelo adjudicatário no prazo máximo de **60 dias**, sob pena de aplicação de penalidades contratuais de acordo com o estabelecido no presente Caderno de Encargos.
2. O prazo de vigência do contrato é desde a data da celebração do mesmo, até à finalização da concretização da obra podendo esta duração ser alterada por acordo entre a CM SBA e o adjudicatário, sem prejuízo das obrigações acessórias ou complementares que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. O termo do contrato a celebrar verificar-se-á, nas situações infra indicadas, consoante o que ocorrer primeiro:
 - a) Na data em que o preço total pago e/ou devido pela aquisição dos Bens/Produtos efetuada ao abrigo do contrato a celebrar atinja o valor do preço do contrato ou,
 - b) Na data em que se complete a empreitada e a consequente necessidade da assistência técnica, ou em outra data a definir entre a CM SBA e o adjudicatário.
4. Ocorrendo qualquer um dos eventos estabelecidos no número anterior, o contrato a celebrar caducará automaticamente na data respetiva, independentemente de denúncia por qualquer das partes.
5. A cessação do contrato a celebrar nos termos do disposto na alínea b) do anterior número 3 não conferirá ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização ou compensação, nomeadamente pela diferença entre os valores recebidos pelos Bens/Produtos efetivamente fornecidos/prestados e o valor do preço base.

Clausula 4ª

Preço Base

1. O preço base, correspondente ao valor máximo que a CM SBA se dispõe a pagar pela prestação dos respetivos Serviços e realização da totalidade das prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, é de **€ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos euros)**.
2. O preço base não inclui o Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) acrescido à taxa legal em vigor.

Clausula 5ª

Preço Contratual

1. Pela aquisição dos Serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações principais ou acessórias emergentes do contrato a celebrar, a CM SBA pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA, eventualmente devido, à taxa aplicável.
2. O preço apresentado na proposta adjudicada inclui todos os custos, encargos e despesas, diretos e indiretos, relacionados com a prestação dos Serviços e com a execução das demais prestações objeto do contrato a celebrar.
3. Deverá ser apresentado um plano de pagamentos para o preço a que se refere o n.º 1, que deverá ser dividido pelas três fases de execução do contrato, nos seguintes termos:
 - a) Fase 1 – Aprovação e entrega do Estudo Prévio– 30% do valor total da proposta adjudicada;
 - b) Fase 2 – Aprovação e entrega do Projeto de execução– 60 % do valor total da proposta adjudicada;
 - c) Fase 2 – para Assistência Técnica – 10% do valor total da proposta adjudicada.

Clausula 6ª

Condições de Pagamento

1. O pagamento do preço estipulado nos termos da Cláusula anterior será devido tendo em conta o preço indicado na Proposta, sendo efetuado, apenas após a confirmação dos Serviços por parte da CM SBA.
2. O preço faturado nos termos do número anterior será pago, por meio de cheque ou transferência bancária, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da receção e validação, pela CM SBA, da correspondente fatura.
3. Para além dos requisitos de forma e conteúdo decorrentes da lei, a fatura deve ser elaborada eletronicamente, com discriminação dos Serviços a que se reporta e o número de referência do contrato a celebrar, sob pena de não validação pela CM SBA.
4. Caso a fatura apresentada não seja validada pela CM SBA, esta comunicará essa decisão e a sua causa ao adjudicatário, que deverá emitir outra fatura, devidamente corrigida, em substituição da anterior.
5. A CM SBA poderá, no pagamento a efetuar ao adjudicatário, deduzir a importância correspondente às penalidades contratuais que, eventualmente, tenham sido aplicadas a este último.

Clausula 7ª

Adiantamento e Revisão de Preços

1. No âmbito do contrato a celebrar, não serão devidos adiantamentos por conta do preço.
2. Na vigência do contrato a celebrar, não haverá lugar à revisão do preço contratualizado, em circunstância alguma.

Clausula 8ª

Caução

No âmbito do contrato a celebrar, é dispensada a prestação de caução pelo adjudicatário.

CAPÍTULO II

Obrigações Contratuais

Clausula 9ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações emergentes da legislação aplicável, do presente Caderno de Encargos ou das cláusulas contratuais, com a celebração do contrato o adjudicatário assume, perante a CM SBA, as seguintes obrigações gerais:
 - a) Executar as prestações objeto do contrato a celebrar, de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas e nos prazos e de acordo com os demais termos e condições e especificações técnicas estabelecidos neste Caderno de Encargos e nos restantes documentos contratuais;
 - b) Fornecer os meios materiais e humanos que sejam necessários e adequados à completa e perfeita execução do contrato a celebrar;
 - c) Comunicação antecipada e por escrito dos factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço ou o cumprimento de qualquer outra obrigação;
 - d) Comunicar por escrito qualquer facto que ocorra durante o período de vigência do contrato e que altere, designadamente, a denominação social os seus representantes legais, a sua situação jurídica e comercial;
 - e) Assumir os riscos inerentes ou relacionados com a execução das prestações objeto do contrato a celebrar;
 - f) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, não utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - g) Designar quem o representa, perante a CM SBA para efeitos de gestão e acompanhamento da execução do contrato a celebrar, e comunicar à CM SBA, com antecedência, a sua eventual substituição;
 - h) Prestar, de forma correta, atempada e fidedigna, todos os esclarecimentos e informações que razoavelmente lhe sejam solicitados pela CM SBA;
 - i) Substituição de qualquer dos elementos da equipa técnica a afetar à execução dos serviços por outro com iguais qualificações e disponibilidade;

2. O não cumprimento do disposto na presente cláusula constitui fundamento de resolução do contrato por facto imputável ao adjudicatário.
3. O prestador de serviços, obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observem todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e das normas técnicas de construção, garantindo a conformidade com as exigências das entidades externas e o licenciamento dos projetos junto das entidades que o exijam, nomeadamente:
 - a) Planos Municipais de Ordenamento do Território de São Brás de Alportel (Plano Diretor Municipal (PDM), Plano de Urbanização (PU), Plano de Pormenor (PP) e demais legislações em vigor;
 - b) Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de São Brás de Alportel (RMUE);

Clausula 10ª

Obrigações gerais do adjudicatário

1. A responsabilidade, perante a CM SBA, pela correta e pontual execução das prestações objeto do contrato incumbe única e exclusivamente ao adjudicatário.
2. O adjudicatário responderá, nomeadamente, por quaisquer deficiências, erros ou omissões na prestação dos Serviços, qualquer que seja a sua origem ou o momento em que sejam detetados, com exceção daqueles a que, exclusiva e comprovadamente, a CM SBA tenha dado causa.
3. O adjudicatário obriga-se a corrigir quaisquer deficiências, na prestação dos Serviços, podendo a CM SBA mandar executar essa correção por terceiros por conta do adjudicatário caso este não o faça no prazo razoável que lhe for fixado para esse efeito.
4. A faculdade de fiscalização da execução do contrato a celebrar por parte da CM SBA não afasta ou diminui a responsabilidade do adjudicatário na sua execução.
5. Caso a CM SBA venha a ser demandada ou a incorrer em responsabilidade, de qualquer natureza, perante terceiros, com causa, direta ou indireta, em quaisquer deficiências, erros ou omissões na prestação dos serviços imputáveis ao adjudicatário, ou a terceiros por si contratados, este obriga-se a indemnizar a CM SBA por todas as despesas que, em consequência, esta haja de fazer e por todas e quaisquer quantias que tenha de desembolsar, seja a que título for.
6. O adjudicatário responderá igualmente pelo risco, por quaisquer danos e prejuízos causados no âmbito da execução das prestações objeto do contrato a celebrar, à CM SBA ou a terceiros, resultantes de circunstâncias fortuitas ou imprevisíveis ou de quaisquer outras, com exceção daquelas a que, exclusiva e comprovadamente, a CM SBA tenha dado causa.

Cláusula 11^a

Constituição da Equipa Projetista

A equipa projetista deve ser constituída, para além do Coordenador, pelos técnicos autores que assegurem todas as especialidades necessárias à elaboração do projeto.

A equipa projetista referida no número anterior deve observar o estipulado na Lei n.º 31/2009 de 3 de julho alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, e demais legislações aplicáveis quanto à qualificação dos respetivos técnicos autores.

Clausula 12^a

Local da Prestação de Serviços

1. A celebração do contrato, cujo objeto será a prestação dos Serviços, poderá ser executada, pelo adjudicatário, digitalmente ou na sede da CM SBA, sita no concelho de São Brás de Alportel.
2. O adjudicatário obriga-se a aceitar as normas e os procedimentos do CM SBA respeitantes à identificação de pessoas, acesso e circulação dentro das respetivas instalações, bem como as relativas às políticas de segurança e privacidade.

Clausula 13^a

Penalidades Contratuais

1. Por cada incumprimento, imputável ao adjudicatário, de qualquer das obrigações emergentes do contrato a celebrar, a CM SBA poderá exigir àquele o pagamento de uma penalidade pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, com o limite máximo diário correspondente a 1% (um por cento) do preço contratual, sem prejuízo do direito a ser indemnizada pelo dano excedente.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CM SBA terá em conta, nomeadamente, a duração e as consequências do incumprimento, a sua eventual reiteração e o grau de culpa do adjudicatário.
3. Em caso de incumprimento de qualquer dos prazos de prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, poderá ser aplicável uma penalidade, por cada dia de atraso, de montante correspondente a 1% (um por cento) do preço contratual, considerando-se verificado o incumprimento definitivo, por parte do adjudicatário, se esse atraso exceder 30 (trinta) dias, seguidos ou interpolados, caso em que assistirá à CM SBA a faculdade de resolver o contrato a celebrar, sem prejuízo do direito à aplicação da penalidade contratual devida e, bem assim, à indemnização pelo dano excedente.
4. O valor acumulado das penalidades aplicadas não poderá exceder o montante máximo de 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo da faculdade de resolução do contrato a celebrar por parte da CM SBA, nos termos da Cláusula 14^a do presente Caderno de Encargos.
5. O limite previsto no número anterior poderá ser elevado para 30% (trinta por cento) do preço contratual, caso a CM SBA opte por não resolver o contrato a celebrar.
6. Ocorrendo a aplicação de uma penalidade pecuniária, nos termos dos números anteriores, a mesma poderá ser compensada, pela CM SBA, por dedução aos pagamentos que sejam devidos ao adjudicatário subsequentemente à data da verificação do facto que tenha dado origem àquela aplicação.

Clausula 14ª

Força Maior

1. Não será havido como incumprimento, nem por tal poderão ser impostas penalidades contratuais ao adjudicatário, a não realização pontual de qualquer prestação a cargo de qualquer uma das partes que resulte de caso de força maior.
2. Verificado um evento de força maior que comprovadamente impeça o cumprimento pontual das suas obrigações por qualquer uma das partes, será o prazo para esse cumprimento prorrogado pelo período correspondente à duração do impedimento daí resultante, sem prejuízo de a parte afetada dever desenvolver os melhores esforços no sentido de minimizar as consequências do evento.
3. Para efeitos do contrato a celebrar, entende-se por caso de força maior todo o evento imprevisível ou inevitável, alheio à vontade e ao controlo das partes, que as impeça, total ou parcialmente, temporária ou definitivamente, de cumprir as suas obrigações nos prazos contratualmente fixados.
4. Poderão revestir a natureza de caso de força maior, desde que se verifiquem os requisitos do número anterior, nomeadamente, o estado de guerra, declarada ou não, rebeliões ou motins, atos de terrorismo, determinações governamentais ou administrativas injuntivas, catástrofes naturais, como terramotos ou inundações, incêndios, epidemias e pandemias, sabotagens, greves e embargos ou bloqueios internacionais.
5. Para efeitos do contrato a celebrar, não constituem caso de força maior, designadamente:
 - a) Eventos que não constituam caso de força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo adjudicatário, de obrigações ou ónus que sobre o mesmo recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo adjudicatário, de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a dolo ou negligência sua ou ao incumprimento, pelo mesmo, de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguro.
6. A parte que invoque um evento de força maior como causa do não cumprimento das suas obrigações contratuais, deverá comunicá-lo, fundamentadamente, à outra parte, com a máxima antecedência ou

assim que possível, informando, desde logo, do prazo previsível para o restabelecimento da normalidade contratual.

Clausula 15ª

Resolução do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei e, bem assim, do direito à aplicação de penalidades, nos termos da anterior Cláusula 12ª, a CM SBA pode resolver o contrato a celebrar, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar qualquer das obrigações que lhe incumbem e não sanar o referido incumprimento num prazo razoável que lhe seja fixado pela CM SBA para o efeito, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a CM SBA tenha objetivamente perdido o interesse na prestação, casos em que poderá resolver o contrato a celebrar de imediato, independentemente de interpelação admonitória.
2. A faculdade de resolução prevista no número anterior aplica-se, designadamente, em caso de:
 - a) Incumprimento das características, especificações ou requisitos técnicos ou funcionais do objeto do contrato a celebrar;
 - b) Mora por um período superior a 15 (quinze) dias, seguidos ou interpolados, sem prejuízo das penalidades contratuais aplicáveis;
 - c) Prestação de serviços desadequados ao fim a que se destinam ou em desconformidade com a proposta;
 - d) Prestação de falsas declarações;
 - e) Cessão da posição contratual em violação do estabelecido no contrato a celebrar;
 - f) Violações do dever de confidencialidade ou proteção de dados.
3. A resolução do contrato não prejudica o dever de indemnizar a CM SBA pelos eventuais prejuízos resultantes das situações previstas no número anterior, nem a aplicação de penalidades, se para tanto existir fundamento.
4. Para além dos casos previstos nos números anteriores, qualquer das partes poderá resolver o contrato a celebrar sempre que se verifique uma das seguintes circunstâncias:
 - a) Dissolução de uma das partes;
 - b) Apresentação ou declaração de insolvência de uma das partes.
5. O exercício do direito de resolução terá lugar, mediante comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à contraparte da qual conste a identificação do incumprimento contratual em causa.
6. O direito de resolução do contrato a celebrar por parte do adjudicatário deverá ser exercido por via judicial, salvo quando a lei expressamente preveja outra forma.

7. Em caso de resolução do contrato, o adjudicatário é obrigado a entregar no prazo de 5 dias toda a documentação e informação produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é para todos os efeitos propriedade exclusiva da entidade adjudicante.

Clausula 16ª

Efeitos da Resolução

1. Em caso de resolução por facto imputável ao adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de uma indemnização fixada em 30% (trinta por cento) do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade da exigência de ressarcimento de prejuízos para além desse valor.
2. O valor referido no número anterior é pago pelo adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação escrita para o efeito.
3. Caso tenha sido prestada caução, em caso de resolução a mesma será acionada/executada e o valor deduzido no total referido no n.º 1 da presente cláusula.

Clausula 17ª

Cessão de Posição Contratual de adjudicatário por razões de incumprimento

1. Caso se encontrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato a celebrar, a CM SBA poderá impor ao adjudicatário que ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual, na sequência do qual o contrato foi celebrado, que venha a ser indicado pela CM SBA pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos previstos no artigo 318º-A do CCP.
2. A execução do contrato a celebrar ocorre nas mesmas condições propostas pelo adjudicatário inicial no procedimento pré-contratual, sem prejuízo da faculdade de modificação objetiva do contrato que assiste à CM SBA e dentro dos limites legais para tal modificação.
3. A cessão da posição contratual prevista na presente cláusula opera por mero efeito de ato da CM SBA, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
4. Os direitos e obrigações do adjudicatário inicial, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário (novo adjudicatário) na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
5. A caução e as garantias eventualmente prestadas pelo adjudicatário inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela CM SBA aos respetivos depositários ou emitentes.
6. A posição contratual do adjudicatário inicial nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para o novo adjudicatário, salvo em caso de recusa por parte deste.

Clausula 18ª

Subcontratação e Cessão de Posição Contratual

1. O adjudicatário não poderá subcontratar qualquer das prestações objeto do contrato a celebrar, nem ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações emergentes do mesmo do mesmo, sem a prévia autorização da CM SBA.
2. Para efeito das autorizações previstas no número anterior, será observado o disposto nos artigos 316.º e seguintes do Código dos contratos Públicos.

Clausula 19ª

Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração ao contrato a celebrar deverá ser estabelecida por acordo entre as partes e constar de documento escrito e assinado por ambas, sob pena de não produzir quaisquer efeitos.
2. A parte interessada numa alteração ao contrato a celebrar deverá comunicá-lo, por escrito, à outra parte, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à data em que pretenda ver introduzida a alteração em causa.
3. A alteração do contrato a celebrar não poderá conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Clausula 20ª

Seguros

1. O adjudicatário deverá assegurar a cobertura do risco na execução das prestações objeto do contrato a celebrar, através da contratação e manutenção em vigor de apólice de seguro adequada, nomeadamente de responsabilidade civil por danos sofridos por terceiros.
2. O adjudicatário deverá, ainda, contratar e manter em vigor um seguro de acidentes de trabalho para todo o seu pessoal, bem como todos os demais seguros legalmente exigíveis para as atividades a desenvolver no âmbito da execução do contrato a celebrar.

Clausula 21ª

Confidencialidade e Sigilo

1. Toda a informação qualificada como confidencial entre as partes só poderá ser utilizada no âmbito da relação emergente do contrato a celebrar.
2. O adjudicatário obriga-se a guardar sigilo sobre toda a informação, escrita ou verbal, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a quaisquer dados, elementos ou documentos, que lhe seja prestada ou de que possa ter conhecimento ou venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato a celebrar, designadamente, os resultados das análises laboratoriais realizadas ao abrigo do mesmo.
3. O adjudicatário obriga-se, ainda, a assegurar que os seus trabalhadores e outros colaboradores ou subcontratados aceitam, na íntegra e sem reservas, observar o dever de sigilo emergente do contrato a celebrar, nos exatos termos e condições em que o mesmo obrigue o adjudicatário.

4. A informação coberta pelo dever de sigilo não poderá ser revelada a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato a celebrar.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto nesta cláusula a informação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção ou que qualquer das partes seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Clausula 22ª

Proteção de Dados

1. O adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislações que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais que venha a ter acesso ou lhe sejam transmitidos pela CM SBA, durante a vigência do contrato a celebrar e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato a celebrar são, entre outros: o nome dos representantes legais, morada, cartão de cidadão e NIF.
3. O tratamento de dados pessoais a realizar pela CM SBA obedece à sua política de privacidade em www.cm-sbras.pt e é feito ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.
4. Os dados pessoais dos representantes legais do adjudicatário, nomeadamente nome, são divulgados no portal dos contratos públicos em www.base.gov.pt, por força do cumprimento de uma obrigação legal.
5. Caso o adjudicatário tenha acesso ou lhe sejam transmitidos dados pessoais, deve proceder ao apagamento de todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da lei nacional.

Capítulo III
Disposições Finais

Clausula 23ª

Publicidade e sinais distintivos

É vedado ao adjudicatário, sem a prévia autorização expressa, por escrito, da CM SBA:

- a) Fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o contrato a celebrar;
- b) Utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logotipos ou outros sinais distintivos do comércio que pertençam à CM SBA.

Clausula 24ª

Comunicações e notificações

1. As comunicações e as notificações entre as partes, seguem o regime previsto nos artigos 467.º, 468.º e 469.º do CCP.
2. As comunicações e as notificações dirigidas à CM SBA, efetuadas através de qualquer meio admissível, após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte, nos termos do disposto no artigo 469.º do CCP.
3. Qualquer alteração aos dados de contacto de uma das partes, constantes do contrato, deverá ser antecipadamente comunicada à outra parte.
4. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:
 - a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
 - b) Na data constante do relatório de transmissão bem-sucedido, quando efetuado através de telecópia, salvo o disposto no número seguinte;
 - c) Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
 - d) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.

Clausula 25ª

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato a celebrar são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Clausula 26ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplica-se as disposições constantes do Código dos contratos Públicos, na sua redação atual, do Código do Procedimento Administrativo e demais legislações portuguesas aplicáveis.

Clausula 27ª

Foro Competente

Para todas as questões emergentes do contrato a celebrar, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com renúncia a qualquer outro pelas partes.

Clausula 28ª

Gestor do contrato

O gestor do contrato a celebrar, em nome da CM SBA, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290º-A, n.ºs 1 e 3, do Código de contratos Públicos será:

Hélder Rosa

Domicílio profissional: Rua Gago Coutinho n.º 1 São Brás de Alportel

Endereço de correio eletrónico: obras.municipais@cm-sbras.pt

Tel.: 289 840 015



ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento

candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Clausula 29ª

Local da Intervenção

A ampliação deverá ser efetuada para norte do atual reservatório, ou em local considerado mais apropriado pelo projetista, e de acordo com o Dono de Obra.



Cláusula 30ª

Âmbito da intervenção

Os serviços a prestar, objeto do presente caderno de encargos, consistem na elaboração do projeto para a Recuperação e Ampliação do Reservatório de Água para Abastecimento Público do Bico Alto em São Brás de Alportel.

Atualmente, o reservatório de Bico Alto assume função exclusiva de distribuição de água, sendo dotado de uma célula de armazenamento de plana circular do tipo apoiada, com capacidade útil de cerca e 220 m³, órgão associado a uma câmara de manobra de válvulas. A rede de distribuição dependente desta instalação está limitada ao lugar de Bico Alto.

A ampliação pretendida deverá compreender um volume de armazenamento de 1000m³ numa célula adicional.

Cláusula 31ª

Programa funcional

1. As diversas componentes que integram a prestação de serviços solicitada são as seguintes:

- a) Elaboração do estudo prévio;
- b) Elaboração do projeto de execução;
- c) Elaboração das especificações técnicas do caderno de encargos para lançamento da empreitada de construção;
- d) Elaboração do plano de segurança e saúde da fase de projeto (PSS);
- e) Elaboração do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (PPGRCD);
- f) Elaboração da estimativa orçamental;
- g) Execução dos trabalhos auxiliares incluídos na prestação de serviços, como são exemplo os estudos geológico-geotécnicos;
- h) Elaboração dos processos de licenciamento e autorizações necessários (E-REDES, APA, CCDR, ICNF, IP, CCRA, etc.) e eventuais aditamentos;
- i) Assistência técnica.

Cláusula 32ª

Elementos a fornecer pelo Município de São Brás de Alportel

1. O Município de São Brás de Alportel proporcionará, sempre que possível, apoio ao prestador de serviços, tomando as diligências que lhe sejam indicadas pelo mesmo, como sejam pedidos de informações, reuniões, audiências ou colaboração com as entidades envolvidas no processo de aprovação do Projeto.
2. Para o desenvolvimento do projeto, o Município de São Brás de Alportel fornecerá o levantamento topográfico da área de intervenção que deverá, no entanto, ser validado no local pelo adjudicatário.

Cláusula 33ª

Estimativa de custo da empreitada

Como base para o desenvolvimento do presente procedimento, foi estimado o valor de concretização da empreitada na ordem de € 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil euros).

A equipa de projeto deverá elaborar a estimativa orçamental, bem como apresentar documento (declaração e eventuais anexos) que reflita a fundamentação para os preços unitários propostos atualizados, o qual servirá de suporte à entidade adjudicante na fixação do preço base do concurso para a empreitada a promover.

Cláusula 34ª

Estimativa de prazo para a empreitada

Para efeitos de elaboração do presente Programa Caderno de Encargos é estimado o prazo de execução dos trabalhos da empreitada de 12 meses.

A equipa de projeto indicará o prazo concretamente adequado à execução da empreitada a promover.

Cláusula 35ª

Faseamento da Prestação de Serviços

1. A prestação de serviços objeto do contrato, deve dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e deverá constar de três fases, são elas:
 - a) Fase 1: Apresentação do Estudo Prévio;
 - b) Fase 2: Apresentação do Projeto de Execução;
 - c) Fase 3: Assistência Técnica incluindo Telas finais.

Cláusula 36ª

Peças do Projeto

1. O estudo prévio respeitará, em termos de conteúdo mínimo, o especificado na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, sendo constituído por peças escritas e desenhadas e por outros elementos informativos de modo a possibilitar ao dono da obra a fácil apreciação das soluções propostas pelo projetista e o seu confronto com os elementos constantes naquele. Esta fase integrará, pelo menos, os elementos indicados a seguir:
 - a) Memória descritiva e justificativa, incluindo capítulos respeitantes a cada um dos objetivos relevantes do estudo prévio;
 - b) Elementos gráficos elucidativos sob a forma de plantas, alçados, cortes, perfis, esquemas de princípio e outros elementos, em escala apropriada;
 - c) Dimensionamento aproximado e características principais dos elementos fundamentais da obra;
 - d) Definição geral dos processos de construção e da natureza dos materiais e equipamentos mais significativos;

- e) Análise prospetiva do desempenho higratérmico e energético e da qualidade do ar interior nos edifícios no seu conjunto e dos diferentes sistemas ativos em particular;
 - f) Estimativa do custo da obra e do seu prazo de execução.
2. O projeto de execução respeitará, em termos de conteúdo mínimo, o especificado na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto e será constituído por peças escritas e desenhadas e por outros elementos informativos, nomeadamente, os seguintes:
- a) Memórias descritivas e justificativas das especialidades incluídas no âmbito da presente proposta;
 - b) Cálculos relativos às partes da obra inerentes às especialidades incluídas no âmbito da presente proposta, apresentados de modo a definirem, pelo menos, os elementos referidos na regulamentação aplicável a cada tipo de obra e a justificarem as soluções adotadas;
 - c) Medições e mapas de quantidade de trabalhos das especialidades incluídas no âmbito da presente proposta, dando a indicação da natureza e das quantidades dos trabalhos necessários para a execução da obra;
 - d) Estimativa orçamental baseada nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições;
 - e) Peças desenhadas de acordo com o estabelecido para cada tipo de obra na regulamentação aplicável, devendo conter as indicações numéricas e descritivas indispensáveis e a representação de todos os pormenores necessários à rigorosa e inequívoca compreensão, implantação e execução da obra.

Cláusula 37ª

Condições da Prestação de Serviços

1. Constitui obrigação do prestador de serviços o cumprimento integral de todas as normas e disposições legais aplicáveis aos estudos/projetos a elaborar/fornecer, assim como a obtenção, junto das entidades competentes, de todas as informações consideradas necessárias para a elaboração dos projetos objeto deste procedimento.
2. Todos os projetos deverão ser instruídos com termo de responsabilidade, medições e orçamentos, cadernos de encargos e respetivas especificações técnicas. Deverá também ser apresentado um mapa de medições, cronograma de execução da obra e cronograma financeiro da mesma.
3. O prestador de serviços deverá assumir a responsabilidade pelas várias medições dos projetos, nas componentes de arquitetura e especialidades.
4. Os elementos referentes ao “Projeto de Execução” deverão conter os elementos de solução de obra a integrar o caderno de encargos do procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, de acordo com o estabelecido no artigo 43.º Código dos Contratos Públicos, devendo o prestador de serviços respeitar, na elaboração das várias peças, o descrito nas “especificações técnicas” definidas no artigo

49.º do mesmo diploma legal.

5. A Elaboração do Projeto de Execução obedecerá aos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), na redação em vigor, cumprindo o disposto na Portaria 255/2023, de 7 de agosto relativamente aos estudos e projetos das diversas especialidades aplicáveis.
6. A prestação de serviços deverá contemplar visitas ao local e quaisquer reuniões que possam vir a ser consideradas necessárias à boa prossecução do trabalho.

Cláusula 38ª

Apreciação e certificações de projeto

1. Compete ao prestador de serviços instruir os processos de modo a obter, junto das entidades externas certificadoras, a emissão de pareceres favoráveis que se revelem obrigatórios nos termos da legislação em vigor, bem como os necessários ao pleno cumprimento da prestação de serviços, nomeadamente os relacionados com a certificação de avaliação de sustentabilidade ambiental, instalações elétricas, instalações de gás, eficiência energética, infraestruturas, entre outras.
2. O disposto no número anterior não invalida que a CMSBA, tenha de assegurar, na qualidade de entidade requerente, a subscrição dos formulários que o prestador submeta para esse efeito.
3. Todas as taxas relativas à instrução dos processos junto das entidades licenciadoras e certificadoras serão pagas pelo requerente, o Município, desde que nos respetivos comprovativos ou documentos de despesa constem os dados do mesmo.

Cláusula 39ª

Modo de Apresentação do Projeto

1. O prestador de serviços deverá fornecer à entidade adjudicante uma cópia em suporte físico (a cores) e em suporte digital.
2. Os projetos a fornecer em formato digital deverão integrar dois tipos de arquivo, a saber:
 - a) Ficheiros editáveis:
texto em ficheiros na extensão “docx” ou “Excel”;
desenhos em ficheiros na extensão “dwg” e “dwt”;
 - b) Todos os ficheiros na extensão “pdf”.

Cláusula 40ª

Serviços complementares

1. Quaisquer estudos ou tarefas não compreendidas na proposta aprovada ou nos projetos, tarefas e elementos previstos, serão considerados como trabalhos ou serviços complementares, e, portanto, serão objeto de aditamento ao presente contrato, por comum acordo entre as partes, nos termos do artigo 454.º do Código dos contratos Públicos (CCP).
2. Não serão considerados trabalhos complementares a emissão de declarações de conformidade ou elaboração das telas finais para efeitos de conclusão do processo de licenciamento desde que não exista alteração substancial à proposta aprovada na fase de Projeto de Execução.

Cláusula 41ª

Prazos

Para os efeitos da prestação de serviços objeto do presente Programa Preliminar, é estabelecido o prazo global de:

- a) Fase de Estudo Prévio: 30 dias contados a partir da celebração do contrato;
- b) Fase de projeto de Execução: 30 dias contados a partir da notificação de aprovação, pela Entidade Adjudicante, do Estudo Prévio;
- c) Fase de Assistência Técnica: iniciada com a formação de contrato de empreitada e concluído com a receção provisória da obra.

Observações:

Sempre que do processo de Revisão resulte a introdução de ajustamentos ao projeto, será fixado o prazo de 15 dias para a entrega dos elementos, na quantidade e modo de entrega aplicável à fase a que diga respeito;

O Projeto será alvo de Revisão nas fases consideradas convenientes pela entidade adjudicante;

Os prazos estabelecidos serão alvo de interrupção em razão de consulta a entidades externas, bem como a requerimento de pedido de prorrogação por parte da adjudicatária, devidamente justificado.

Cláusula 42ª

Critério de Adjudicação

O critério de adjudicação será na modalidade monofator, designadamente o preço mais baixo.

Em caso de igualdade na classificação das propostas será efetuado sorteio, como definido na alínea c) do nº5 do art.º 74º do CCP.

Cláusula 43ª

Condicionantes Orçamentais

O prestador de serviços fica obrigado a prestar o seu serviço de acordo com as diretrizes da entidade adjudicante a nível orçamental, respeitando os limites impostos por esta, para a posterior execução da empreitada.

Cláusula 44ª

Manutenção do Espaço

Deverá o prestador de serviços, no desenvolvimento dos projetos, ter em atenção os custos de manutenção associados a determinadas opções técnicas e construtivas, optando, sempre que possível, por soluções de maior grau de sustentabilidade.


Cláusula 45ª

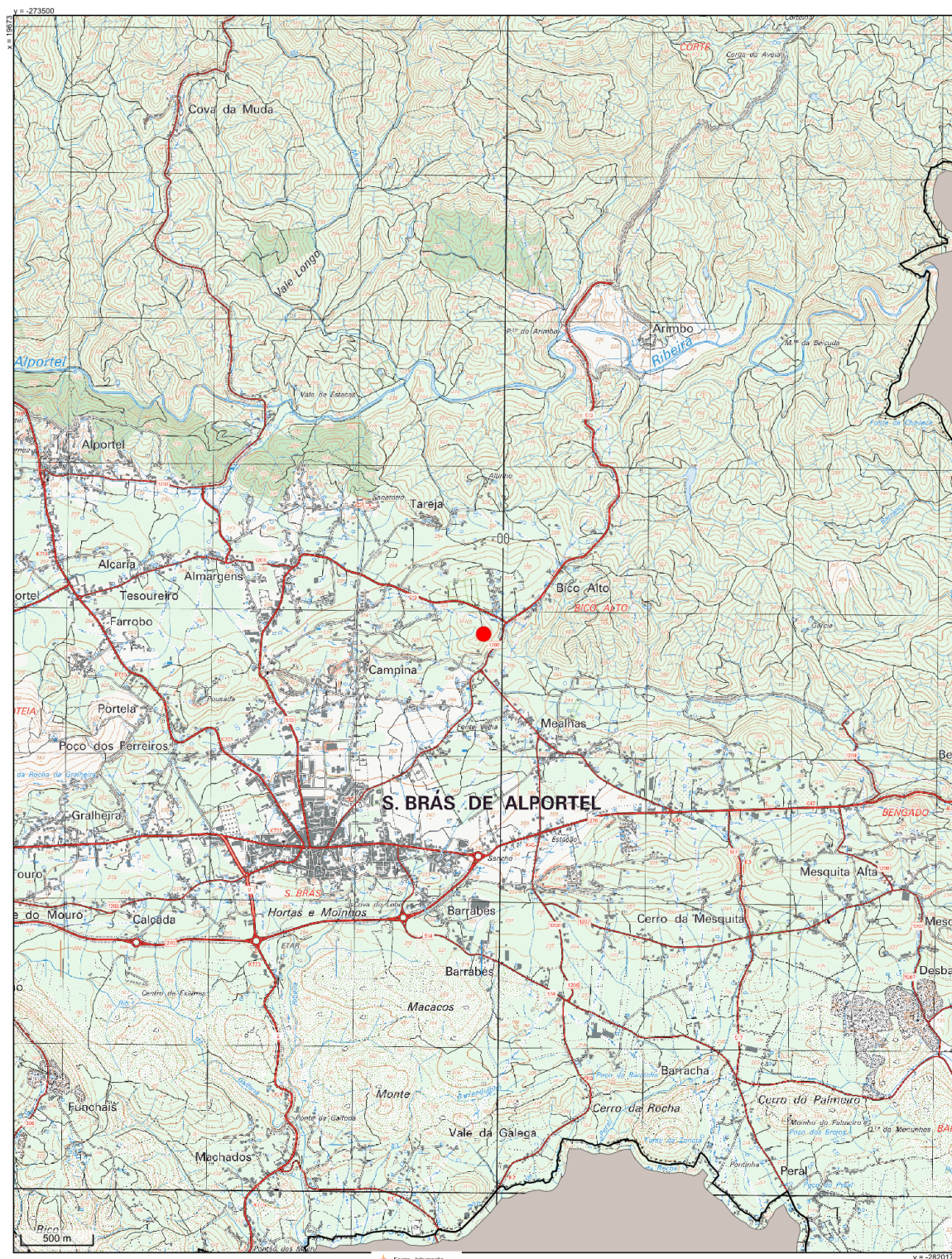
Propostas Variantes

Não são admitidas propostas variantes.

ANEXO III – PLANTAS DE ENQUADRAMENTO E LOCALIZAÇÃO




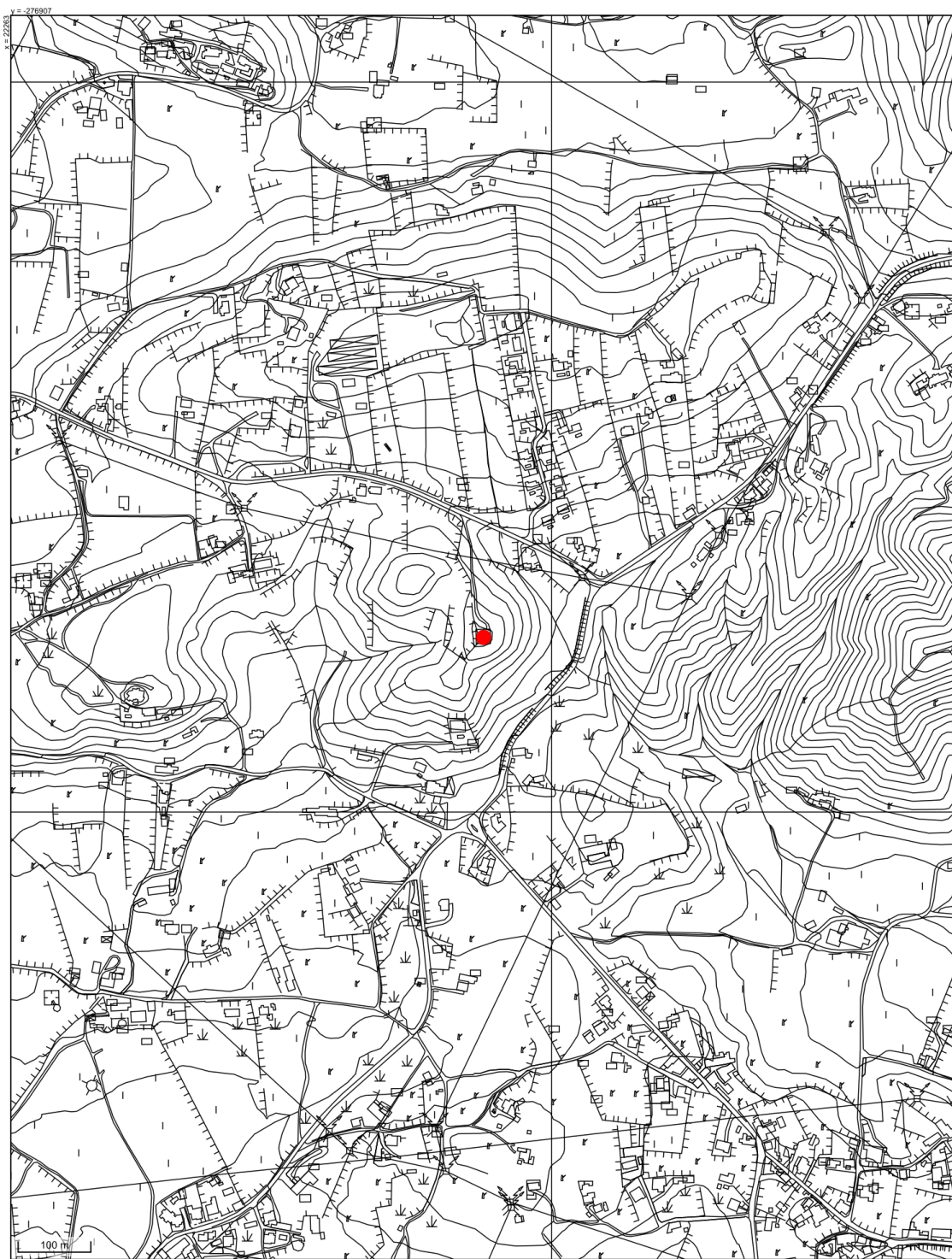
	<p align="center">Município de São Brás de Alportel</p> <p>Nº Emissão: 195/2025</p> <p align="right">Data: 24/02/2025</p>	<p>Escala: 1/25000</p>
	<p>Planta de Enquadramento</p> <p>Área de pretensão delimitada a vermelho pelo requerente</p>	<p>Sistema de Coordenadas: ETRS89 TM06 Elipsóide: GRS80 Projeção: Transversa de Mercator Código EPSG: 3763</p>




Fonte: Carta Militar do Centro de Informação Geoespacial do Exército

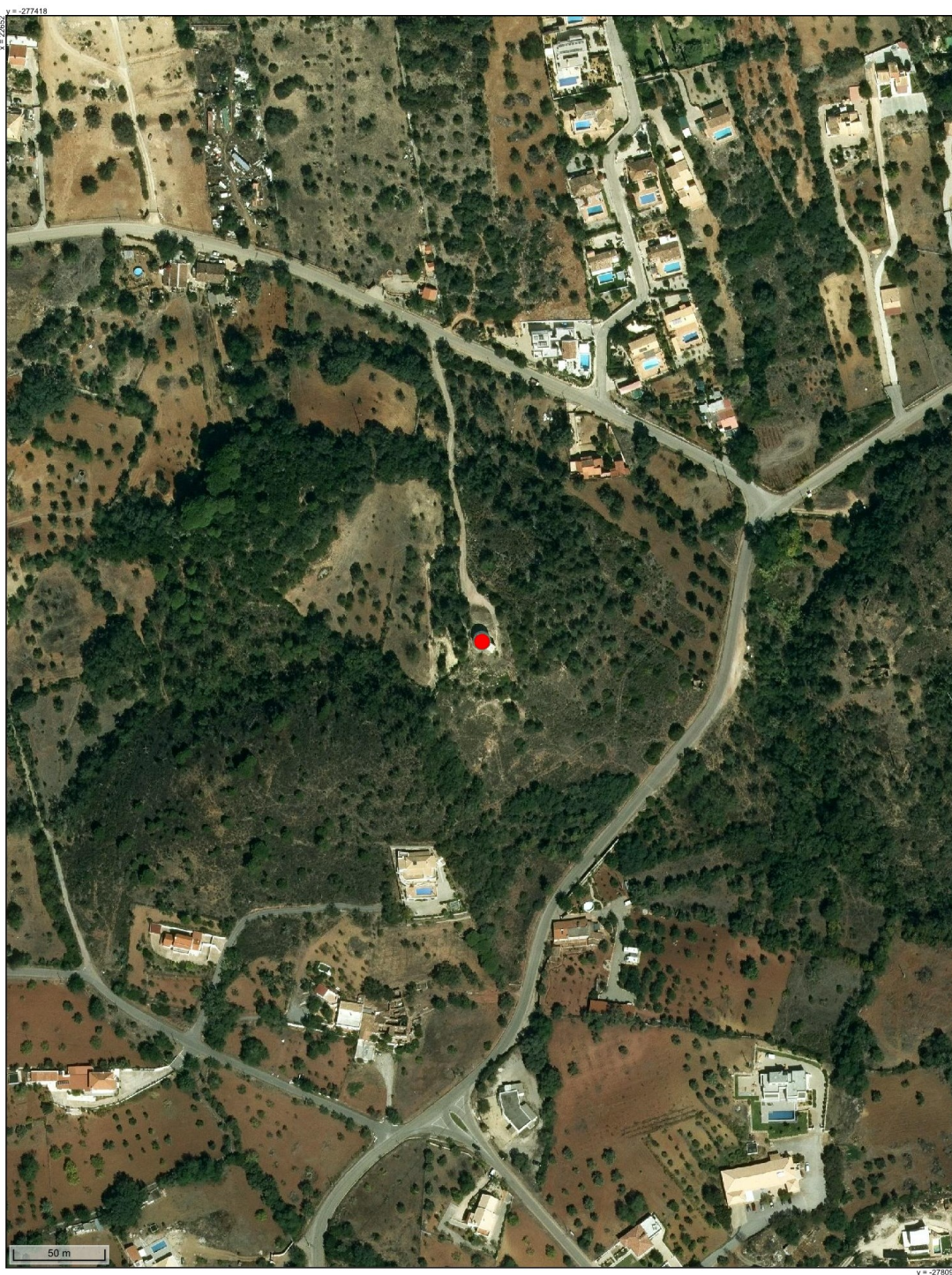


	<p align="center">Município de São Brás de Alportel</p> <p>Nº Emissão: 196/2025</p> <p align="right">Data: 24/02/2025</p>	<p>Escala: 1/5000</p> <p>Sistema de Coordenadas: ETRS89 TM06 Elipsoide: GRS80 Projeção: Transversa de Mercator Código EPSG: 3763</p>
	<p>Planta de Localização</p> <p>Área de pretensão delimitada a vermelho pelo requerente</p>	



Fonte: AMAL, Cartografia vetorial 1:10000, MNC homologado a 04/05/2015

	<p align="center">Município de São Brás de Alportel</p> <p>Nº Emissão: _____ Data: 24/02/2025</p>	<p>Escala: 1/2000</p> <p>Sistema de Coordenadas: ETRS89 TM06 Elipsoide: GRS80 Projeção: Transversa de Mercator Código EPSG: 3763</p>
	<p>Planta de Localização Área de pretensão delimitada a vermelho pelo requerente</p>	



Fonte: CMSBA, Ortofotomapa, 2023